

CAMPANHA NACIONAL 2018

Setor que mais lucra no Brasil recusa garantir empregos na CCT



O Brasil tem 27 milhões de desempregados. A reforma trabalhista do pós-golpe, aprovada sob o pretexto de ampliar o mercado de trabalho, resultou no inverso: um em cada quatro brasileiros procuram trabalho e não conseguem. Muitos empregados perdem direitos.

Os bancos, exímios apoiadores do golpe, colaboram fortemente para esse cenário que agrava a crise no Brasil. Desde 2016, eliminaram 40 mil postos de trabalho bancário.

Por isso, na quarta rodada de negociação da Campanha 2018, realizada na quarta-feira (25), o Comando Nacional dos Bancários cobrou dos negociadores da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) uma garantia para os empregos e a contratação de bancários com todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho, independente da remuneração ou escolaridade. E que os novos tipos de contratos previstos pela lei pós-golpe, como intermitente, temporário e terceirizado, só possam ser fei-

tos mediante negociação com os sindicatos.

Os cinco maiores bancos que atuam no país (Itaú, Bradesco, Santander, BB e Caixa) e compõem a mesa de negociação, empregam em torno de 90% da categoria. Em 2017 lucraram juntos R\$ 77,4 bilhões, aumento de 33,5% em relação a 2016. No primeiro trimestre deste ano já atingiram R\$ 20,3 bi em lucro, 18,7% a mais do que no mesmo período de 2017.

Segundo Aline Molina, presidenta da Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP), mesmo com todo o lucro não há contrapartida para a sociedade. "Começa pelo descaso com os trabalhadores da categoria, que agora lutam pela manutenção de direitos historicamente conquistados e incorporados ao longo dos últimos 25 anos na Convenção Coletiva de Trabalho, que é nacional, e garante os mesmos benefícios para os bancários de todas as regiões do país", explica a presidenta.

Principais reivindicações com relação ao emprego

- **CCT para todos** - que valha para todos os trabalhadores dos bancos, independentemente do nível de escolaridade ou da faixa salarial;
- **Banco de horas** - não aos acordos individuais porque os bancários não têm governabilidade para resolver suas folgas, não podem negar o que é determinado pelas chefias;
- **Garantia no emprego** - contra dispensa imotivada e em massa;
- **Garantia da gratificação de função** - o banco não poderá reduzir ou retirar o valor da gratificação/comissão em quaisquer hipóteses;
- **Terceirização e outras formas de contratação pós-golpe** - proibição da troca de bancários por trabalhadores precarizados;
- **Trabalho em home office** - deve levar em conta as condições de saúde e que não tenha custo do trabalho para o bancário;
- **Comissão sobre mudanças tecnológicas** - criação de uma comissão bipartite para debater, acompanhar e apresentar propostas em razão dos projetos de mudanças tecnológicas e os impactos no emprego bancário;
- **Agências digitais** - serviços em agências digitais que sejam desempenhados exclusivamente por bancários;
- **Homologação** - devem ser realizadas nos sindicatos.



CALENÁRIO DE NEGOCIAÇÕES

• Dia 01/08 - São Paulo (SP)

Dia 1º/08, São Paulo (SP) - serão debatidas as cláusulas econômicas, quando a Fenaban ficou de apresentar uma proposta global para ser apresentada aos bancários em assembleia.

Os bancários reivindicam aumento real para salários, vales, auxílios e piso, PLR maior. A categoria cobra ainda respeito à igualdade de oportunidades e de ascensão profissional para todos nos bancos.

Governo quer impor o fim do Saúde Caixa

A Caixa Federal manteve uma postura intransigente durante a terceira rodada de negociação da pauta específica, realizada nesta quinta-feira (26), em Brasília. Os representantes do banco público reafirmaram que a resolução 23 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) será o parâmetro para as decisões referentes ao Saúde Caixa.

Para os representantes dos empregados, a resolução 23 da CGPAR onera os associados, quebra o princípio de solidariedade (comum a planos de autogestão administrados por RH), exclui aposentados, impõe períodos de carências e permite cobrança de franquias. E mais: acaba com a cobrança de mensalidade única por família, trazendo novas restrições para dependentes, vetando a oferta do plano em novos concursos e proibindo a entrada de novos associados. Os sindicatos reivindicaram a manutenção do atual modelo de custeio do Saúde Caixa. Hoje, o banco responde por 70% das despesas assistenciais, cabendo aos usuários os outros 30%.

Os representantes dos empregados reivindicaram também a garantia do plano de saúde para o empregado aposentado e grupo familiar e o princípio de solidariedade. Na questão dos novos concursos públicos, a assistência à saúde deve integrar o pacote de benefícios.

Funccef - outro ponto da pauta da terceira rodada, a Caixa não aceitou a revisão da metodologia de equacionamento do REG/Replan e nem consultar os associados sobre questões fundamentais dos planos de benefícios.

Contencioso: Os sindicatos cobraram responsabilidade da Caixa; ou seja, que custeie integralmente o contencioso. A origem está baseada na relação de emprego entre participante e patrocinadora. Os representantes dos empregados



destacaram que o CTVA não foi criado pela Funccef. Em 1998, a Caixa implantou o Complemento Temporário Variável de Ajuste de Mercado (CTVA) sem a inclusão dessa rubrica na base de contribuição à Funccef. O que resultou no maior objeto de ações com repercussão previdenciária sobre a Fundação.

Os sindicatos reafirmaram que eventuais mudanças no estatuto da Funccef devem ser amplamente debatidas e aprovadas pelos associados. E nenhuma alteração estatutária poderá acabar com as eleições entre os participantes para a Diretoria e Conselhos da Fundação, ou retirar os direitos atualmente previstos.



Próxima rodada de negociação

4ª rodada: Os sindicatos e os representantes da Caixa Econômica Federal voltam a negociar no dia 02 de agosto (quinta-feira). Na pauta, descomissionamento, Saúde Caixa, legislação trabalhista, dentre outros.

Banco do Brasil propõe reduzir prazo para descomissionamento e não avança na pauta



Na quarta reunião de negociação da mesa específica do Banco do Brasil pela Campanha Nacional dos Bancários 2018, realizada nesta quinta-feira (26), foram tratados temas relativos às cláusulas sociais e sindicais, envolvendo a representação dos delegados e dirigentes sindicais.

Nas cláusulas sociais, o banco sinalizou a renovação dos itens já constantes no atual acordo, com promessa de apresentar redação de alguns itens que foram debatidos.

Um dos debates colocados foi de se avançar na cláusula de ausências por motivo de falecimento de parentes, acrescentando nesse item as madrastas e padrastos.

Outros temas que foram abordados durante a reunião foram: Descomissionamento por GDP; Previdência complementar; Problemas nos pedidos de férias; Parcelamento de férias; Pauta dos funcionários LGBTI e Vale Cultura.

CALENDÁRIO DE NEGOCIAÇÕES ESPECÍFICA COM O BB



• **Dia 03/08 - São Paulo (SP)**
serão discutidas as Cláusulas Econômicas